ELEIÇÕES 2002 *TRANSIÇÃO***'PT não precisará criar nada', diz secretária de FH**

Wanda Engel, da Assistência Social, elogia idéia de petistas de usarem bônus mas rejeita assistencialismo

'Tíquetes tiram a liberdade de escolha'

Para economista, Bolsa-Escola é a solução para se distribuir renda

Maiá Menezes

• A distribuição de cupons-alimentação para ajudar na erradicação da indigência, proposta pelo PT, infringe o direito de escolha dos necessitados. A avaliação é do economista Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que critica também a idéia da isenção fiscal para estimular as doações de empresários ao fundo de combate à fome, presente no Fome Zero, programa do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Para Marcelo Néri, a distribuição de renda, feita pelo Bolsa-Escola, é mais eficiente do que os cupons.

— O Bolsa-Escola é melhor porque dá o dinheiro para a mãe. Esses tíquetes tiram a liberdade de escolha do pobre. Com o dinheiro, supre-se a necessidade e se respeita o direito de escolha dos pobres. Renda é melhor do que tíquete. E a gorjeta tributária, se não for bem desenhada, pode acabar é beneficiando apenas o empresário, contribuindo para reduzir a fome dentro da casa do empresário — afirma Néri.

Ele ressalta que, para evitar que empresários beneficiados pela isenção deixem de contribuir com doações, é necessário determinar multas pesadas. Néri afirma que este controle não depende apenas de fiscalização, mas da fixação de regras claras para a implementação do programa. O economista lembra ainda que a isenção significa custo para o país.

— Por que não faz um negócio mais direto: criar imposto ou uma campanha de voluntários? Lula seria o melhor garoto-propaganda de uma campanha como essa — diz Néri, res-

saltando que a idéia de determinar a fome como prioridade do governo é "realmente notável".

O coordenador do movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, Mauricio Andrade, defendeu a criação de incentivos fiscais e diz que os cupons são parte de uma política complementar do governo federal.

— O incentivo fiscal para as empresas que contribuírem é papel do Estado. É interessante que as pessoas critiquem este tipo de incentivo, mas não façam o mesmo em relação às concessões para que indústrias se instalem no país, sem nenhuma contrapartida social — disse.

Mauricio Andrade afirmou que a criação de uma secretaria para combater a fome é a realização de um desejo de dez anos. Segundo ele, o último presidente que buscou parceria para tratar do tema foi Itamar Franco. O critério da Ação da Cidadania para chegar ao número de famintos é contabilizar os cidadãos que ganham menos de dois salários-mínimos. Outros institutos usam o critério de famílias que ganham menos de R\$ 136 mensais. E ainda há outros que consideram, para efeito de programas de combate à fome, a quantidade de calorias consumidas pelos brasileiros.

O coordenador da Ação da Cidadania, que entregou aos candidatos o programa da ONG para erradicação da fome, criticou a sobreposição de programas sociais, patrocinados pelos governos federal, estadual e municipal. Segundo ele, há cerca de 30 programas, criados pelo governo Fernando Henrique, que poderiam ser resumidos a, no máximo, dez.